Por força das referidas disposições legais e em particular dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 4.º e dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, torna-se necessário criar os cursos a funcionarem na Escola Profissional de Agricultura de Vagos, criada por contrato-programa outorgado entre o GETAP — Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, como primeiro outorgante, e a Escola Secundária de Vagos, a Câmara Municipal de Vagos e a Cooperativa Agrícola de Vagos, C. R. L., como segundos outorgantes.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros da Agricultura, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º São criados os cursos de:

- a) Operador agrícola;
- b) Técnico de gestão agrícola;

cujo plano de estudos se anexa.

2.º Aos alunos que concluírem, com aproveitamento, o curso aprovado na alínea a) do número anterior será atribuído um certificado de nível 2 de qualificação profissional.

3.º Aos alunos que concluírem, com aproveitamento, o curso aprovado na alínea b) do n.º 1.º será atribuído um certificado de nível 3 de qualificação profissional e um certificado equivalente ao 12.º ano.

Ministérios da Agricultura, da Educação e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 16 de Abril de 1992.

O Ministro da Agricultura, *Arlindo Marques da Cunha*. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.

CURSO (1)		OPERADOR AGRÍCOLA (NÍVEL 2)				TÉCNICO DE GESTÃO AGRÍCOLA (NÍVEL 3)					
		DISCIPLINAS		Cargas Horárias Anuais (2)							
				NÍVEL 2		NÍVEL 3					
		12 meses	6 meses	6 meses	12 meses						
COMPONENTES DE FORMAÇÃO	SOCIOCULTURAIS	LÍNGUA PORTUGUESA / PORTUGUÊS	100	50	50	100					
		LÍNGUA ESTRANGEIRA	100	50	50	100					
		ÁREA DE INTEGRAÇÃO	100	50	50	100					
	CIENTÍFICAS (4)	BIOLOGIA			50	100					
		QUÍMICA			50	100					
		MATEMÁTICA			50	100					
	TÉCNICA, TECNOLÓGICA E PRÁTICAS (5)	TECNOLOGIA	AGRICULTURA GERAL	100/150	10/50						
			MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	100/150	10/100						
		ESPECIALIZAÇÕES	CONTABILIDADE SIMPLIFICADA	30/70	10/50						
			INFORMÁTICA APLICADA				50/50				
			CONTABILIDADE DE GESTÃO			30/70	100/100				
			ECONOMIA E ASSOCIATIVISMO			100					
			PRODUÇÃO VEGETAL ESPECIALIZADA			20/30	50/50				
			PRODUÇÃO ANIMAL ESPECIALIZADA			20/30	50/50				
			HORTO-FLORICULTURA								
			FRUITICULTURA	60/200	20/200						
CULTURAS ARBENIS											
PRODUÇÃO ANIMAL											
PRODUÇÃO FLORESTAL											
TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS					20/50						
TOTAL HORAS ANO / CURSO		1200	600	600	1200						

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 68/92

Ao abrigo do disposto no n.º 2.º da Portaria n.º 650/81, de 29 de Julho, determina-se o seguinte:

1 — Ficam sujeitos ao regime de preços vigiados a que se refere a Portaria n.º 650/81, de 29 de Julho, no estádio de produção e importação os bens enquadrados nos desdobramentos da Classificação das Actividades Económicas (CAE, revisão de 1973):

- 3112.9.0 — Indústria de lacticínios, n. e.;
- 3113.9.0 — Preparação de outros produtos alimentares a partir de frutos e produtos hortícolas;
- 3121.3.0 — Moagem e preparação de especiarias;
- 3121.9.1 — Descasque de castanha de caju e de outros frutos secos.

2 — Este despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministério do Comércio e Turismo, 24 de Abril de 1992. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *António José Fernandes de Sousa*, Secretário de Estado Adjunto e do Comércio Externo.

MINISTÉRIO DO MAR

Despacho Normativo n.º 69/92

O Decreto-Lei n.º 504/80, de 20 de Outubro, que regulamenta o exercício da actividade de apanha de espécies marinhas vegetais, estabelece, nomeadamente, que o número de apanhadores/mergulhadores bem como o número de embarcações autorizados em cada zona de apanha serão anualmente fixados por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas, competência esta que hoje se encontra cometida ao Ministro do Mar por força das alterações orgânicas entretanto verificadas.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 504/80, de 20 de Outubro, manda o Governo, pelo Ministro do Mar, o seguinte:

1 — O número máximo de apanhadores/mergulhadores e de embarcações autorizados a exercer a actividade de apanha de plantas marinhas na safra de 1992 em cada uma das zonas previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 504/80, de 20 de Outubro, é o constante do quadro anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

2 — A título excepcional, tal como sucedeu em safras anteriores, poderão ser autorizadas até 10 embarcações contingentadas para a zona n.º 4 a operar e descarregar algas na zona n.º 3, desde que essas embarcações tenham, no ano anterior, obtido idêntica autorização e operado comprovadamente nesta zona, não podendo na sua totalidade exceder o número de 28 nem o número de mergulhadores/apanhadores envolvidos na respectiva operação ser superior a 140.

3 — O cancelamento ou a redução do número de autorizações será determinado com base nos indicadores recolhidos no decurso da safra e sob os condicionalismos considerados convenientes para a gestão dos recursos algológicos.

4 — Os manifestos de apanha por maré deverão ser enviados à Direcção-Geral das Pescas (DGP) até ao dia 15 de cada mês, com referência ao mês anterior.